

AVALIAÇÃO DA ACESSIBILIDADE NOS ESPAÇOS URBANOS DE GURUPI-TO

João Pedro R. Vilela¹, Geovana Beatriz M. Galvão², Áurea Dayse C. da Silva³, Rodrigo A. Fortes⁴

¹Acad. do Curso Técnico em Edificações, IFTO, Gurupi-TO. Bolsista do CNPq. e-mail: <jpzinho2004@gmail.com>

²Acad. do Curso Técnico em Edificações, IFTO, Gurupi-TO. Bolsista do CNPq. e-mail: <geovanamorais_29@outlook.com>

³Docente do IFRO. E-mail: <aureadayse@gmail.com>

⁴Docente do IFTO, Gurupi-TO-IFTO. E-mail: <rodrigofortes@ifto.edu.br>

Resumo: O presente artigo possuiu como objetivo identificar os principais desafios enfrentados por deficientes físicos em praças e parques do município de Gurupi, Tocantins, especialmente quando se refere a atividades ligadas ao lazer e entretenimento público, estes, assegurados por lei. Dessa forma, quatro locais bastante frequentados pela população de todas as idades foram analisados e discutidos ao decorrer do texto, são eles: a Praça Santo Antônio, o Parque Mutuca, a Praça da Abadia e a Praça Francisco Henrique de Santana. O estudo teve como referência a NBR 9050/15, que aborda sobre os parâmetros da acessibilidade nas Construções Cívicas. Portanto, a pesquisa efetuada apontou inadequações, em todos os lugares, como também buscou desenvolver soluções viáveis, inovadoras e coerentes que objetivaram tanto a inclusão social de portadores de deficiências, como também a melhoria estética do espaço urbano.

Palavras-chave: inclusão, desenho universal, lazer, NBR 9050

1 INTRODUÇÃO

Segundo a Constituição Federal Brasileira (BRASIL, 1988), o direito de ir e vir é garantido a todos os espaços públicos e privados à todos os cidadãos do país, incluindo Pessoas com Deficiência (P.C.D) e Pessoas com Mobilidade Reduzida (P.C.M.R), de modo que aqueles que possuam limitações para estes cidadãos, encontram-se em irregularidade legal.

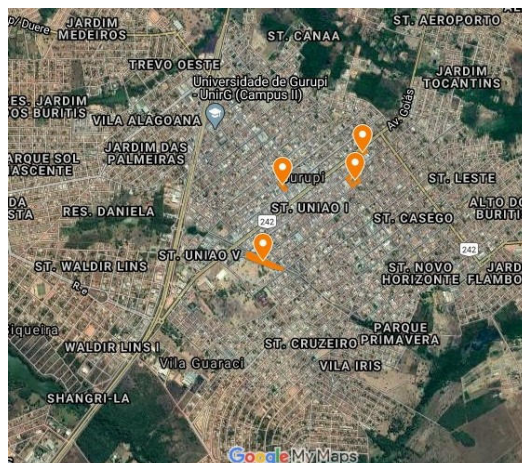
Sendo assim, para esse trabalho, estabelecemos nosso foco à praças e parques, posto que, promover a acessibilidade em ambientes públicos de lazer é fundamental para que a função social desses espaços seja alcançada, ou seja, possibilitar a interação entre diferentes indivíduos, permitir a prática de atividades físicas além de promover o bem estar dos seus usuários, devido ao contato com a natureza, numa cidade onde muitas vezes este não se encontra presente, ou de fácil acesso.

Seguindo essa premissa, a NBR 9050, que especifica os parâmetros necessários para garantir a acessibilidade em locais no geral, define esta como a “possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2015).

A pesquisa foi realizada no município de Gurupi, Com uma população estimada em 87.545 pessoas, Gurupi é situada no sul do estado do Tocantins, às margens da principal ligação entre a região centro oeste e norte de nosso país, a BR-153. Não há informações sobre P.C.Ds ou P.C.M.R. no município, reforçando assim o descaso com essa parcela de habitantes do mesmo.

Desta forma, foi feita uma avaliação da acessibilidade em espaços urbanos de Gurupi, a partir de um checklist que foi aplicado em em quatro praças da cidade, com o objetivo de evidenciar as principais inadequações dos espaços, à luz da NBR 9050, bem como os problemas enfrentados por pessoas com deficiência da cidade, tendo o objetivo de propor soluções mitigadoras para estes, possibilitando uma maior inclusão destes cidadãos nos espaços públicos de lazer.

Figura 1: Caracterização da área da pesquisa



Fonte: Google Maps 2020

2 METODOLOGIA

O presente trabalho possui uma abordagem qualitativa em relação ao objeto estudado, e sendo de natureza exploratória e aplicada, já que almeja propor soluções para as inadequações identificadas. Desse modo, foi adotado como procedimento metodológico a pesquisa de campo, na qual a principal ferramenta utilizada foi a observação direta dos ambientes, e a utilização do checklist elaborado pelo CNMP (Conselho Nacional do Ministério Público), que possuía 45 itens, para avaliação da acessibilidade nas Edificações.

Na pesquisa de campo foram verificadas inadequações presentes, além disso os pesquisadores realizaram registros fotográficos e fizeram levantamento, tomando as metragens das ruas, calçadas, entradas, estacionamentos, rampas e muitos outros fatores que poderiam estar dentro ou fora da norma citada anteriormente, de modo que as informações coletadas fossem avaliadas, possibilitando

assim o desenvolvimento de soluções futuras que fossem simples e possíveis por meio de croquis, ou seja, esboços feitos à mão, além de maquetes virtuais.

3 RESULTADOS

Em primeiro lugar, enfatizemos o fato de duas das quatro praças terem passado por reformas recentes, a praça Francisco Henrique de Santana, revitalizada no ano de 2017, e a praça D'Abadia, reformada em 2019. A Praça Santo Antônio está em processo de reforma, mas o levantamento de dados foi feito antes das intervenções e o Parque Mutuca não passou por reformas nos últimos anos.

Após a aplicação do checklist, constatou-se que como um todo, todos os parâmetros estavam em inconformidade com a norma, como evidencia a tabela 1, um fato grave, levando em consideração a dimensão das praças e as reformas recentes.

A totalidade do calçamento das praças avaliadas estava em desconformidade com a norma, sendo utilizado blocos pré-moldados, o que garante trepidação durante a locomoção de uma cadeira de rodas; além de um erro pontual onde a faixa livre não obedecia ao limite mínimo de largura, ou seja, 1,20m, como evidenciado na figura 2A.

Além do mais, é possível perceber na figura 2B, a presença de buracos na rua e uma vegetação que compromete tanto o solo quanto o meio-fio. Na figura 2C, o problema evidenciado é a presença de objetos que dificultam a passagem de uma cadeira de rodas, como também a inexistência de piso tátil, que é essencial para a locomoção de deficientes visuais.

Outro erro encontrado foi na execução do piso tátil, onde este apresentava uma interrupção abrupta, além de obstáculos em sua trilha, como mostrado na figura 2D.

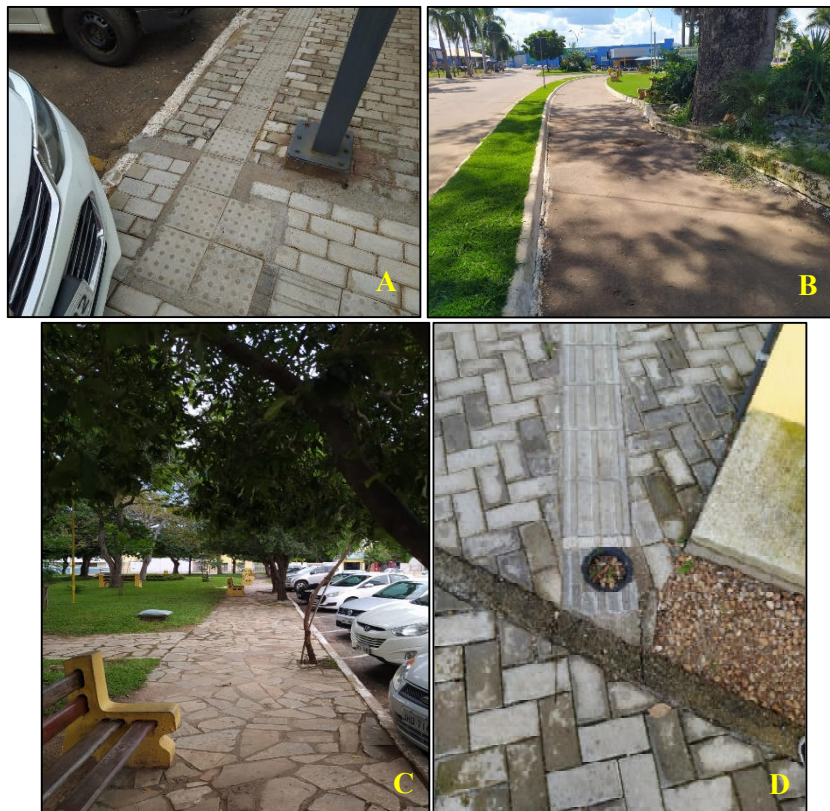
Tabela 1-Síntese dos parâmetros analisados.

Observações	Parâmetros analisados
Não atende à Norma	Faixa livre de calçadas e vias de pedestres é exclusivamente para circulação de pedestres, livre de obstáculos, contínua entre lotes e com no mínimo 1,20m de largura e 2,10m de altura livre.
	O piso é regular, estável e não trepidante, além de ser contínuo sem ressaltos e depressões.
	Abas laterais dos rebaixamentos têm projeção horizontal mín. de 0,50m e compõem planos inclinados de acomodação de até 10%.
	Rebaixamentos de calçadas com sinalização tátil direcional encontra a sinalização tátil de alerta.

	Possui 2% das vagas destinadas a pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.
	As raízes das árvores plantadas preservam o calçamento, além de não obstruírem a passagem e não possuir queda de frutos.
	As raízes das árvores plantadas preservam o calçamento, além de não obstruírem a passagem e não possuir queda de frutos.
Não se aplica	Lotes e edificações localizam-se em ruas cuja inclinação da via é menor que 14%.
	Existe sinalização visual na entrada e saída de veículos.

Fonte- Dados da pesquisa

Figura 2-Principais inconformidades evidenciadas



Fonte: Acervo da pesquisa (2020)

Evidenciados os principais erros projetuais e de execução das praças, foram propostas adequações simples à luz da NBR 9050, de forma a propiciar uma melhor locomoção de P.C.D.s nos locais.

Na figura 2D, é apresentada uma inconformidade na execução do piso tátil e a proposição realizada sugere a remoção da lâmpada presente na trilha, bem como a remoção do cascalho e do passeio de concreto próximos, e a continuidade da sinalização tátil, como evidencia a figura 3.

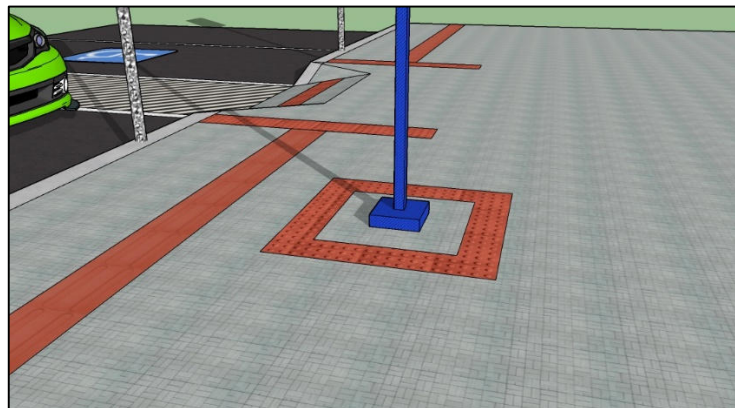
Figura 3-Proposição



Fonte-Acervo da pesquisa

A figura 2A, mostra um estreitamento abrupto na faixa livre do passeio, desta forma, a solução seria a uniformização do mesmo, mantendo no mínimo um espaço de 1,2m e sinalizando o local da estrutura de ferro para evitar acidentes, como apresentado na figura 4.

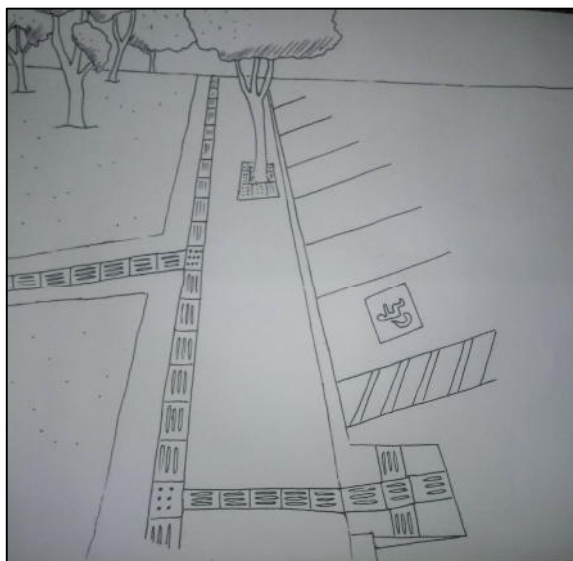
Figura 4-Proposição



Fonte: Acervo da pesquisa (2020)

A figura 5 evidencia a aplicação do piso tátil, como também insere vagas nos estacionamentos para P.C.D.s e idosos, além de reposicionar bancos e outros objetos que se apresentam como obstáculo à passagem para o centro da praça.

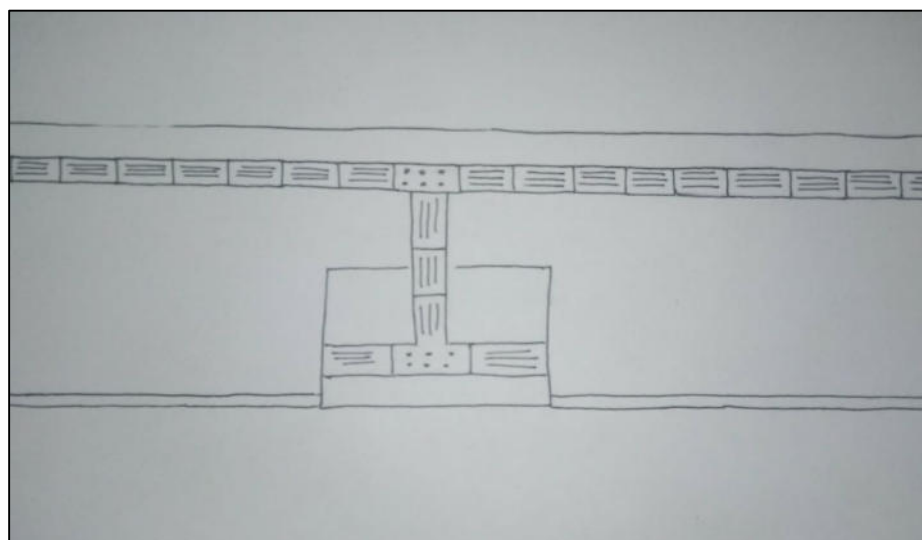
Figura 5-Proposição



Fonte: Acervo da Pesquisa (2020)

A figura 6 mostra uma possível solução para a calçada, de forma que as rampas presentes na mesma estavam dentro da norma, ou seja, que possuam abas laterais e que o tamanho seja executado corretamente, apresentando um meio-fio regular e uma rua sem a presença de buracos ou outros, e o principal, que apresente o meio-fio.

Figura 6-Proposição



Fonte: Acervo da Pesquisa (2020)

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, mesmo com todas as inadequações apresentadas, é possível perceber que os quatro locais apresentam grande potencial para cumprir seu papel social na cidade, visto que a mesma não possui muitas opções de lazer públicas para a população. O que torna imprescindível que as adequações sejam realizadas em conformidade com as normas. Além do mais, como apresentado, medidas de baixa complexidade construtiva podem ser implantadas, para que os espaços sejam acessíveis, e se tornem mais atrativos para a população. Vale ressaltar que para a correta adaptação desses espaços, é necessário um estudo ainda mais aprofundado, bem como a elaboração de projeto por uma equipe técnica especializada.

Desta forma, os erros encontrados são pautados em duas vertentes, os erros projetuais, causados por inadequações na elaboração dos projetos; e erros de execução, estes causados por descuidos durante as obras realizadas nas praças em questão. Estas inadequações perduram até os dias de hoje, devido à falta de conhecimento técnico da população que usufrui dos locais citados, que acabam ignorando e permeando apáticos com a situação.

Em suma, este trabalho procurou focar não só em problemas apontados e soluções propostas, mas também na visão de que é possível tornar a cidade de Gurupi cada vez mais acessível, e consequentemente contribuir para a inclusão social de pessoas com deficiências psicomotoras, idosos, grávidas e outras pessoas com dificuldade de locomoção (PcMR), assim como qualquer outro cidadão, e dessa forma, se apresentou como uma importante ferramenta de identificação de inadequações presentes em espaços públicos em Gurupi, e também, uma ferramenta de conscientização, posto que os leitores melhorem a sua visão crítica.

5 AGRADECIMENTOS

Gostaríamos de primeiramente agradecer ao CNPQ, visto que este é o fornecedor das bolsas que permitiram a realização do projeto, bem como à orientadora Áurea Dayse Cosmo da Silva, que nos serviu de incentivo e inspiração para a realização do mesmo.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050 Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro, 2015.

DIXON, Caitlin. **A Importância dos Espaços Públicos**. In: A Importância dos Espaços Públicos. [S. l.], 29 mar. 2014. Disponível em: <https://rioonwatch.org.br/?p=10766>. Acesso em: 30 mar. 2020.



GABRILLI, Mara. **Como fazer uma calçada acessível para todos na prática**. 2017. Disponível em: <https://sustentarqui.com.br/como-fazer-uma-calçada-para-todos/>. Acesso em: 30 mar. 2020.

Soluções inovadoras para aumentar a acessibilidade nas cidades. 2018. Disponível em: <https://inovacaoosebrazeminas.com.br/solucoes-inovadoras-para-aumentar-a-acessibilidade-das-cidades/>. Acesso em: 30 mar. 2020.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>Acesso em: 29 mar. 2020.